

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2022

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL (CAU/RS)**, autarquia federal, criada pela Lei nº 12.378/2010, inscrita no CNPJ sob o nº 14.840.270/0001-15, com sede na Rua Dona Laura, nº 320, térreo, 14º e 15º andares, CEP: 90430-090, Porto Alegre/RS, representado neste ato por sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Helenice Macedo do Couto, CPF: 382.277.110-49 e **SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (SINSERCON/RS)**, representado neste ato por sua Presidente Sra. Giane Leandro da Silveira, CPF: 46368817020; celebram o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 01 – VIGÊNCIA E DATA BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho de 30 de setembro de 2020 a 30 de abril de 2022 e a data base da categoria em 1º de maio.

### CLÁUSULA 02 – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito das partes acordantes, abrangerá os empregados(as) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS), representados(as) pelo Sindicato signatário, com abrangência territorial no Rio Grande do Sul, aplicando-se a estes as cláusulas conforme seguem.

### CLÁUSULA 03 – DO PAGAMENTO DO SALÁRIO

O CAU/RS se compromete a efetuar o pagamento do salário até o último dia útil do mês. Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido, caberá ao CAU/RS informar os empregados com antecedência mínima de 02 (dois) dias. Excetuam-se os casos de intercorrências no sistema bancário e ausência dos ordenadores de despesa, situações em que o pagamento poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente, conforme determinado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**Parágrafo único:** Havendo disponibilidade de caixa, o pagamento poderá ser antecipado.

#### **CLÁUSULA 04 – REAJUSTE SALARIAL**

O CAU/RS reajustará anualmente o salário base de todos os empregados públicos de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE ou pelo índice de reajuste do salário mínimo nacional, aplicando sempre o percentual que for maior.

**Parágrafo primeiro:** O reajuste salarial ocorrerá na data base, qual seja, em primeiro de maio de cada exercício.

**Parágrafo segundo:** No caso de reajuste pelo INPC, será considerado o período compreendido entre **1º de maio** do exercício financeiro anterior a **30 de abril** do presente exercício financeiro.

**Parágrafo terceiro:** No caso de reajuste pelo salário mínimo nacional, será considerado o período legalmente estabelecido para o cálculo do salário mínimo.

**Parágrafo quarto:** Em cumprimento à Lei 4950-A de 1966, os arquitetos e urbanistas que não atingirem, em janeiro de cada exercício, o salário básico de acordo com o mínimo profissional legal, terão direito à complementação salarial com base na correção do salário mínimo nacional, na forma da Lei.

**Parágrafo quinto:** Na hipótese do reajuste pelo INPC aplicado aos empregados, na data base ser superior à correção do salário mínimo nacional, será aplicado aos arquitetos e urbanistas enquadrados no parágrafo anterior, em 01 de maio de cada exercício, o percentual faltante para atingir o percentual da variação pelo INPC.

**Parágrafo sexto:** Fica vedada a sobreposição ou cumulação de índices.

**Parágrafo sétimo:** Fica estabelecido que os salários dos empregados públicos do CAU/RS foram reajustados no percentual de 4,71% (quatro vírgula setenta e um por cento), com retroatividade a janeiro de 2020, de acordo com índice do salário mínimo nacional verificado no período em questão.

## **CLÁUSULA 05 – 13º SALÁRIO E/OU GRATIFICAÇÃO NATALINA**

Fica estabelecido o pagamento do 13º salário ou gratificação natalina, devendo ser pago pelo empregador em duas parcelas: a primeira entre 1º de janeiro e 30 de novembro; e a segunda até 20 de dezembro.

**Parágrafo único:** Estabelece-se que a primeira parcela do 13º salário pode ser recebida por ocasião das férias. Neste caso, o empregado deve solicitar o adiantamento por escrito ao empregador juntamente com a solicitação de férias.

## **CLÁUSULA 06 – PROMOÇÃO SALARIAL E PROGRESSÃO DE CARREIRA**

O CAU/RS aplicará desenvolvimento na carreira por merecimento e por antiguidade, promoções, salários, cargos e carreira conforme previsto no Plano de Cargos e Salários do CAU/RS, respeitando sempre ao disposto no artigo 37, inciso XIV da Constituição Federal, o qual determina que “os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores”.

**Parágrafo único:** O CAU/RS compromete-se a criar e aprovar novo Plano de Cargos e Salários com a participação dos empregados.

## **CLÁUSULA 07 – JORNADA DE TRABALHO ADAPTÁVEL**

O expediente externo do CAU/RS tem início às 9h e encerramento às 17h. Será utilizada a jornada de trabalho adaptável nas áreas em que o CAU/RS entender não haver prejuízo na prestação de seus serviços.

**Parágrafo primeiro:** O horário de entrada dos empregados será das 8h às 9h e saída das 17h às 18h. Respeitando-se a jornada diária de trabalho de 8 horas. Excepcionalmente, o horário de entrada poderá ser das 7h às 9h e saída das 17h às 19h para fins de compensação do Banco de Horas.

**Parágrafo segundo:** O horário de almoço será entre 11h e 14h, mantendo, entretanto, a realização de intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos e máximo de 2 (duas) horas para os empregados com jornada diária de trabalho de 8 horas. Para os empregados com jornada diária de trabalho de 6 horas ou menos, o intervalo mínimo deverá ser de 15 (quinze) minutos.

**Parágrafo terceiro:** Considerando a necessidade do Conselho, poderá haver flexibilização parcial em caráter temporário, motivada pela característica da área ou atividade exercida, a fim de garantir a realização de reuniões, treinamentos, atividades rotineiras, eventos ou demandas específicas, desde que os empregados sejam avisados com 15 (quinze) dias de antecedência.

**Parágrafo quarto:** Ainda, se for de interesse do CAU/RS e, havendo consenso com o empregado público, poderá ocorrer alteração da jornada de trabalho, podendo iniciar mais cedo ou mais tarde, conforme necessidade e acordo entre as partes.

**Parágrafo quinto:** Pedidos de alteração de jornada ou realização de horas extras (HE) deverão ser registrados por escrito ou mediante convocação.

**Parágrafo sexto:** É de responsabilidade dos gerentes a organização dos horários de entrada e saída, os intervalos de almoço de suas equipes, bem como possibilitar o acesso e a presença dos empregados do setor sob sua responsabilidade nas dependências do CAU/RS quando da necessidade de compensação de horas ou realização de horas extras fora do horário de expediente.

**Parágrafo sétimo:** Considerando situação de força maior ou em caso de calamidade pública, o CAU/RS poderá fixar horário de trabalho de forma emergencial/especial, desde que justificado.

**Parágrafo oitavo:** O CAU/RS compromete-se a tratar do teletrabalho em Portaria Normativa específica.

## **CLÁUSULA 08 – BANCO DE HORAS**

O Banco de Horas compreende o saldo de horas trabalhadas a mais ou a menos da jornada regular, legalmente prevista no contrato individual de trabalho. Serão consideradas horas extras as suplementares/adicionais trabalhadas além da jornada regular, inclusive nos finais de semana e em deslocamentos/viagens oficiais, excepcionalmente e em atendimento às necessidades exclusivas do CAU/RS.

**Parágrafo primeiro:** O Banco de Horas será aplicável de forma obrigatória a todos os empregados públicos.

**Parágrafo segundo:** O Banco de Horas será apurado na data de fechamento das folhas de pagamento dos meses de abril, agosto e dezembro, sendo que o saldo, positivo ou negativo, deverá ser liquidado/zerado até o último dia do mês de apuração. Entende-se por fechamento do ponto, a relação de horas trabalhadas entregue mensalmente, no 15º dia do mês, para fins de pagamento da folha salarial.

**Parágrafo terceiro:** As horas trabalhadas, inclusive horas extras, serão registradas pelos empregados públicos em meio físico através do sistema eletrônico constante na sede, em meio virtual, através de aplicativo ou também através planilha inteligente de preenchimento manual e deverão ser certificadas pela chefia imediata quando do fechamento do ponto mensal.

**Parágrafo quarto:** A planilha inteligente de preenchimento manual padrão será disponibilizada em meio oficial do CAU para acesso e visualização dos funcionários, a qual será utilizada para preenchimento de horas extras, inclusive nos finais de semana.

**Parágrafo quinto:** O registro da jornada de trabalho, bem como a autorização prévia de horas adicionais, é obrigatório e indispensável, sendo de responsabilidade exclusiva do empregado público, com a anuência da sua chefia imediata.

**Parágrafo sexto:** é de responsabilidade dos funcionários entregar a planilha inteligente de preenchimento manual à unidade de pessoal, quando do fechamento do ponto mensal.

**Parágrafo sétimo:** A ocorrência de não marcação do ponto deverá ser comunicada prontamente à chefia imediata para que, por sua vez, informa à Unidade de Pessoal do CAU/RS sobre o ocorrido, bem como a respectiva justificativa do empregado.

**Parágrafo oitavo:** O Banco de Horas terá o limite de 80 (oitenta) horas, positivas ou negativas, quadrimestrais, não devendo ultrapassar 240 (duzentas e quarenta) horas ao ano.

**Parágrafo nono:** O espelho atualizado das horas trabalhadas já contabilizadas através do sistema de registro do CAU, ficará disponível ao empregado juntamente à unidade de pessoal, bem como, em ambiente virtual, aumentando a transparência no controle do acúmulo de horas, seu uso e o saldo mensal.

**Parágrafo décimo:** É de responsabilidade do empregado encaminhar à Unidade de Pessoal o espelho do Banco de Horas, conferido e assinado pelo empregado e pela chefia imediata, quando do fechamento do ponto mensal.

**Parágrafo décimo primeiro:** As horas a mais trabalhadas pelos empregados públicos (e/ou saldos positivos do Banco de Horas) serão compensadas pelo CAU/RS mediante folgas adicionais e flexíveis (dias e/ou horas), quando o saldo for positivo no fechamento do quadrimestre, devendo sempre ocorrer a compensação.

**Parágrafo décimo segundo:** As ausências, faltas, atrasos e/ou saídas antecipadas para atender às necessidades particulares do empregado público, serão debitadas do saldo do Banco de Horas.

**Parágrafo décimo terceiro:** Considerando que é vedada a transferência do saldo do Banco de Horas para o ano seguinte, o saldo positivo acumulado até o mês de dezembro deverá ser compensado como forma de folgas dentro do próprio mês.

**Parágrafo décimo quarto:** Excepcionalmente, no primeiro dia do mês de dezembro, verificada a necessidade de compensação do banco de horas, a respectiva gerência deverá acordar com o empregado a melhor jornada de trabalho no mês a fim de compensar as horas, até o fechamento do banco de horas no último dia do ano.

**Parágrafo décimo quinto:** A utilização das horas pelo empregado público, devem ser acordadas com a respectiva gerência.

**Parágrafo décimo sexto:** As horas excedentes à jornada de trabalho realizadas até o limite de 2 (duas) horas diárias em dias normais (de segunda a sexta-feira) serão adicionadas ao Banco de Horas sem alteração, ou seja, na proporção de 1:1.

**Parágrafo décimo sétimo:** Aos sábados, exclusivamente, as duas primeiras horas trabalhadas serão pagas na proporção de 1:1,5. A partir da terceira hora, será na proporção de 1:2.

**Parágrafo décimo oitavo:** Em domingos, feriados ou pontos facultativos as horas trabalhadas serão adicionadas ao Banco de Horas em dobro, ou seja, na proporção de 1:2.

**Parágrafo décimo nono:** As horas extras realizadas até o limite de 2 horas diárias em dias regulares de semana durante os períodos noturnos (entre 22h e 5h) serão adicionadas ao Banco de Horas, além do previsto nos itens anteriores, com acréscimo de 20%, da seguinte forma: de segunda a sexta-feira na proporção de 1:1:1,2.

**Parágrafo vigésimo:** As horas extras realizadas aos sábados durante os períodos noturnos (entre 22h e 5h) serão adicionadas ao Banco de Horas, além do previsto nos itens anteriores com acréscimo de 20%, ficando na proporção de 1:1,5:1,2.

**Parágrafo vigésimo primeiro:** As horas extras realizadas em domingos, feriados ou pontos facultativos durante os períodos noturnos (entre 22h e 5h) serão adicionadas ao Banco de Horas com acréscimo de 20%, ou seja, na proporção de 1:2:1,2.

**Parágrafo vigésimo segundo:** As horas ou frações excepcionalmente não trabalhadas serão contabilizadas no Banco de Horas como débitos a serem quitados no mês subsequente.

**Parágrafo vigésimo terceiro:** As horas negativas do empregado deverão ser ressarcidas ao CAU/RS de forma voluntária ou quando requisitado pela chefia. As compensações deverão ser realizadas em horários distintos do horário regular de trabalho, não podendo exceder o limite de 10 horas diárias, podendo ainda ser aos sábados, domingos e feriados, respeitando a legislação de trabalho vigente e desde que autorizado pela chefia imediata.

**Parágrafo vigésimo quarto:** É expressamente vedado ao empregado público compensar, mediante as regras do Banco de Horas, eventuais horas trabalhadas no horário de almoço/descanso.

**Parágrafo vigésimo quinto:** As jornadas de trabalho ordinárias e extraordinárias deverão ser previamente acordadas com a chefia direta, sendo que as necessidades do CAU/RS devem prevalecer sobre às específicas dos setores e que, por sua vez, devem prevalecer às do empregado público.

**Parágrafo vigésimo sexto:** O saldo positivo existente na ocasião de uma eventual rescisão contratual será acrescentado ao Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) como remuneração de horas extras.

**Parágrafo vigésimo sétimo:** Para fins de avaliação da assiduidade e da pontualidade do empregado será considerada a tolerância de 5 minutos nos horários de entrada e saída do servidor, conforme a CLT. Para fins de cálculo no banco de horas, a tolerância de 5 minutos não será considerada.

**Parágrafo vigésimo oitavo:** O CAU realizará os ajustes de ponto necessários, quando o sistema eletrônico não computar corretamente as horas trabalhadas aos sábados, domingos e feriados e em horário noturno, respeitando as devidas proporções.

## **CLÁUSULA 09 – FOLGAS EM FERIADOS**

O CAU/RS permitirá que seus empregados públicos folguem nas segundas e nas sextas-feiras, quando da ocorrência de feriados nas terças e nas quintas-feiras, a saber: em 2021, nos dias 01 e 02 de fevereiro (Dia de Nossa Senhora dos Navegantes - feriado municipal em Porto Alegre), 15, 16 e 17 de fevereiro (Carnaval), 03 e 04 de junho (Corpus Christi), 06 e 07 de setembro (Independência do Brasil), 11 e 12 de outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil) e 01 e 02 de novembro (Finados) e, em 2022, nos dias 28 de fevereiro, 01 e 02 de março (Carnaval), 21 e 22 de abril (Tiradentes), 16 e 17 de junho (Corpus

Christi), 19 e 20 de setembro (Dia do Gaúcho), 14 e 15 de novembro (Proclamação da República).

**Parágrafo único:** O Banco de Horas poderá ser utilizado nos dias que fazem ponte entre feriados e finais de semana.

## **CLÁUSULA 10 – PROPORCIONALIDADE DO PAGAMENTO DE FÉRIAS**

Serão obedecidas as regras estabelecidas na CLT vigente na data de assinatura deste Acordo Coletivo de Trabalho.

## **CLÁUSULA 11 – FÉRIAS GESTANTE**

O CAU/RS garante que a empregada gestante possa marcar seu período de férias imediatamente antes ou depois da licença maternidade, a sua escolha.

## **CLÁUSULA 12 – LICENÇA-MATERNIDADE**

A empregada pública terá direito à licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias. Após seu retorno da licença-maternidade, terá direito à redução da jornada de trabalho em 1 (uma) hora até a data em que a criança completar 1 (um) ano de idade.

**Parágrafo único:** Caso o cônjuge esteja em gozo desta licença e venha a falecer, o empregado público tem direito a adquirir o período restante da licença-maternidade.

## **CLÁUSULA 13 – LICENÇA-ADOÇÃO**

O empregado público que adotar uma criança terá direito à licença-adoção nos mesmos termos da licença-maternidade ou paternidade.

**Parágrafo primeiro:** A adoção ou guarda judicial conjunta enseja a concessão de licença-adoção para apenas um dos adotantes ou guardiões. Assim, o empregado público do gênero masculino que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança terá direito à licença-adoção e à manutenção do seu salário pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

**Parágrafo segundo:** O benefício aplica-se aos pais solteiros ou casal homoafetivo.



**Parágrafo terceiro:** Para fins de direito à licença-adoção, o empregado(a) deverá apresentar termo judicial de guarda ao adotante ou guardião.

**Parágrafo quarto:** Caso o cônjuge esteja em gozo desta licença e venha a falecer, o empregado público tem direito a adquirir o período restante da licença-adoção.

## **CLÁUSULA 14 – LICENÇA PATERNIDADE**

Pelo nascimento ou adoção de filhos, será concedida licença paternidade de 20 (vinte) dias úteis, nos mesmos critérios aplicados à licença-maternidade.

**Parágrafo primeiro:** É de responsabilidade do empregado público apresentar a certidão de nascimento, garantindo assim o abono dos dias não trabalhados.

**Parágrafo segundo:** No caso da ocorrência se dar na época do fechamento do ponto, o CAU/RS abonará o período licenciado e, caso não haja comprovação por parte do empregado público, o mesmo será descontado do respectivo valor na folha de pagamento do mês subsequente.

## **CLÁUSULA 15 – LICENÇA POR DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

O CAU/RS concederá licença remunerada, de até 30 (trinta) dias ao empregado público que necessitar afastar-se por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto, madrasta e enteado, ou do dependente que viva comprovadamente as suas expensas e conste do seu assentamento funcional, e desde que comprovados os motivos.

**Parágrafo primeiro:** A licença somente será deferida se a assistência direta do empregado for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

**Parágrafo segundo:** A licença de que trata o *caput*, incluídas as prorrogações, será concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições: por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sendo que os primeiros 30 dias, consecutivos ou não, serão remunerados, e nos 60 (sessenta) dias subsequentes, sem remuneração.

**Parágrafo terceiro:** O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

**Parágrafo quarto:** A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo

período de 12 (doze) meses, observado o disposto no parágrafo terceiro, não pode ultrapassar os limites estabelecidos no parágrafo segundo.

**Parágrafo quinto:** É de responsabilidade do empregado público apresentar a laudo médico do assistido, garantindo assim o abono do(s) dia(s) não trabalhado(s).

**Parágrafo sexto:** No caso da ocorrência se dar na época do fechamento do ponto, o CAU/RS abonará o período licenciado e, caso não haja comprovação por parte do empregado público, o mesmo será descontado do respectivo valor na folha de pagamento do mês subsequente.

## **CLÁUSULA 16 – LICENÇA GALA**

É concedida licença gala de 5 (cinco) dias úteis em função de casamento ou união estável, sem desconto da remuneração ou necessidade de compensação de horário, a contar da data da cerimônia religiosa ou civil.

**Parágrafo primeiro:** É de responsabilidade do empregado público apresentar a certidão de casamento ou a escritura pública de união estável, garantindo assim o abono dos dias não trabalhados.

**Parágrafo segundo:** No caso da ocorrência se dar na época do fechamento do ponto, o CAU/RS abonará o período licenciado e, caso não haja comprovação por parte do empregado público, o mesmo será descontado do respectivo valor na folha de pagamento do mês subsequente.

## **CLÁUSULA 17 – LICENÇA POR FALECIMENTO**

A licença-falecimento será concedida ao empregado público em caso de falecimento do cônjuge, descendentes e ascendentes em linha reta, irmão/irmã, ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Declaração de Imposto de Renda, viva sob sua dependência econômica.

**Parágrafo primeiro:** Fica garantido ao empregado público a licença-falecimento pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis em caso de falecimento do cônjuge, ascendente ou descendente em linha reta, irmão/irmã ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Declaração de Imposto de Renda ou, ainda, outra que viva sob suas expensas, desde que registrada no seu assentamento funcional.

**Parágrafo segundo:** Nos casos de falecimento de familiar colateral até segundo grau e por afinidade será concedida dispensa de 01 (um) dia para atos fúnebres.

**Parágrafo terceiro:** Em todos os casos previstos nesta cláusula, o empregado público deverá apresentar certidão de óbito, garantindo assim o abono do(s) dia(s) não trabalhado(s).

**Parágrafo quarto:** No caso da ocorrência se dar na época do fechamento do ponto, o CAU/RS abonará o período licenciado e, caso não haja comprovação por parte do empregado público, o mesmo será descontado do respectivo valor na folha de pagamento do mês subsequente.

### **CLÁUSULA 18 – LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PESSOAL**

O CAU/RS compromete-se a tratar o assunto em Portaria Normativa específica.

### **CLÁUSULA 19 – AUSÊNCIAS E/OU AFASTAMENTOS PARA CONSULTAS, EXAMES E AFASTAMENTOS MÉDICOS – DO EMPREGADO**

Serão observadas as regras estabelecidas na Instrução Normativa CAU/RS nº 027/2017.

**Parágrafo único:** O CAU/RS compromete-se a realizar a revisão, buscando aperfeiçoar a Instrução Normativa, com a participação e aprovação dos empregados, através da criação de Grupo Representativo.

### **CLÁUSULA 20 – AUSÊNCIAS E/OU AFASTAMENTOS PARA CONSULTAS, EXAMES E AFASTAMENTOS DE ESPECIALIDADES NÃO-MÉDICAS – DO EMPREGADO**

Serão observadas as regras estabelecidas na Instrução Normativa CAU/RS nº 027/2017.

**Parágrafo único:** O CAU/RS compromete-se a realizar a revisão, buscando aperfeiçoar a Instrução Normativa, com a participação e aprovação dos empregados, através da criação de Grupo Representativo.

### **CLÁUSULA 21 – AUSÊNCIAS E/OU AFASTAMENTOS PARA CONSULTAS, EXAMES E AFASTAMENTOS DE RELACIONADOS À MEDICINA ESTÉTICA – DO EMPREGADO**

Serão observadas as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 027/2017 do CAU/RS.

**Parágrafo único:** O CAU/RS compromete-se a realizar a revisão, buscando aperfeiçoar a Instrução Normativa, com a participação e aprovação dos empregados, através da criação de Grupo Representativo.

## **CLÁUSULA 22 – AUSÊNCIAS E/OU AFASTAMENTOS PARA CONSULTAS, EXAMES E AFASTAMENTOS MÉDICOS – ACOMPANHAMENTO DE TERCEIROS**

Serão observadas as regras estabelecidas na Instrução Normativa CAU/RS nº 027/2017.

**Parágrafo único:** O CAU/RS compromete-se a realizar a revisão, buscando aperfeiçoar a Instrução Normativa, com a participação e aprovação dos empregados, através da criação de Grupo Representativo.

## **CLÁUSULA 23 – AFASTAMENTO PARA ACOMPANHAMENTO ESCOLAR**

O CAU/RS abonará as horas de trabalho de pais ou responsáveis legais que se ausentarem para participação de reunião e/ou atividade de acompanhamento escolar, 02 (duas) vezes por semestre, nos termos dos artigos 1º ao 6º combinados com o Parágrafo Único do art. 53 da Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Parágrafo primeiro:** O empregado público deverá comunicar formalmente sua ausência à chefia imediata com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**Parágrafo segundo:** Será considerado como tempo de deslocamento até 01 (uma) hora antes e 01 (uma) hora após o afastamento. Os casos excepcionais serão analisados junto à chefia imediata.

**Parágrafo terceiro:** O abono das horas ocorrerá mediante apresentação de declaração de comparecimento em nome do empregado, especificando o nome do aluno, data e horário da reunião e/ou atividade, devidamente assinada e qualificada pela instituição de ensino.

**Parágrafo quarto:** O referido documento será entregue pelo empregado na Unidade de Pessoal, com visto do superior imediato.

## **CLÁUSULA 24 – COMPROVAÇÃO DE AFASTAMENTO JUSTIFICADO**

A entrega de documentação comprobatória no caso das licenças, ausências e/ou afastamentos tratados neste Acordo deverão ser entregues até o fechamento do ponto mensal.

## **CLÁUSULA 25 – GARANTIA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

O CAU/RS assegurará aos seus empregados públicos condições de trabalho em conformidade com as normas vigentes, em especial a NBR 9050.

## **CLÁUSULA 26 – ERGONOMIA E QUALIDADE DE VIDA**

O CAU/RS assegurará aos seus empregados públicos o cumprimento dos termos previstos na NR 17 - NORMA REGULAMENTADORA 17.

## **CLÁUSULA 27 – DA GARANTIA DOS BENEFÍCIOS**

Observadas as exceções específicas, em respeito à fiscalização do Tribunal de Contas da União, os benefícios neste acordo coletivo elencados são garantidos a todos os empregados públicos durante as férias, licenças remuneradas, ausências e afastamentos devidamente justificados, pelo período em que perdurar.

**Parágrafo primeiro:** O mesmo se aplica aos benefícios destinados a terceiros, como auxílio educação infantil, auxílio a filhos e/ou dependentes com deficiência e/ou moléstias graves e demais com a mesma natureza.

**Parágrafo segundo:** Durante as licenças remuneradas e afastamentos pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS o CAU/RS deverá comunicar o empregado e fornecer os meios para que o mesmo, a partir do momento em que começar a receber o benefício, efetue o pagamento direto da parcela que lhe competir relativa a mensalidade do plano de saúde.

**Parágrafo terceiro:** Os valores relativos ao Plano de Saúde eventualmente pagos pelo CAU/RS, durante o período em que o servidor não esteve recebendo o seu benefício previdenciário deverão ser objeto de negociação quando do seu retorno ao trabalho, ou antecipadamente, se for do interesse do mesmo.

**Parágrafo quarto:** Os descontos relativos à negociação de que trata o parágrafo terceiro se aplicam às mensalidades e percentuais de participação em consultas e exames, no limite máximo de 5% (cinco por cento) do salário do empregado ao mês, a ser realizado em folha de pagamento na quantidade de parcelas necessárias para a quitação do débito.

**Parágrafo quinto:** O auxílio refeição e a Bonificação de Desempenho não serão concedidos quando do ingresso do empregado público em qualquer benefício

previdenciário, com a exceção da empregada que ingressar em licença maternidade, a qual terá direito aos referidos auxílios.

## **CLÁUSULA 28 – AUXÍLIO REFEIÇÃO**

O CAU/RS fornecerá auxílio refeição a todos os seus empregados públicos, a ser pago mensalmente através do cartão de benefício, no valor unitário de R\$ 35,01 (trinta e cinco reais e um centavo), quando da aprovação do Acordo, reajustado anualmente pelo INPC, no total de 22 (vinte e dois) vales, com desconto em folha de pagamento de 1% (um por cento) do valor total do benefício recebido, a partir do mês subsequente à assinatura deste Acordo. O auxílio refeição poderá ser dividido em 50% e 50% ou em 75% e 25% para Alimentação ou Refeição, a critério do empregado. A solicitação de alteração deverá ser feita à Unidade de Pessoal até o dia 20 de cada mês. Aplicam-se os critérios de reajuste e data base estabelecidos na Cláusula 04 – Reajuste Salarial.

**Parágrafo primeiro:** O CAU/RS pagará o valor excedente ao habitualmente pago a título de auxílio refeição para evitar prejuízo ao empregado em caso de jornadas de trabalho irregulares, de três turnos ou dois turnos com intervalo maior (manhã e noite, por exemplo), tendo em vista o aumento da necessidade do auxílio em função do trabalho.

**Parágrafo segundo:** O benefício deverá ser disponibilizado juntamente com o salário.

## **CLÁUSULA 29 – AUXÍLIO TRANSPORTE**

O CAU/RS proporcionará aos seus empregados o pagamento de auxílio transporte mensal em cartão de benefício ou ticket de passagem, descontado 6% (seis por cento) do salário do empregado público que optar por recebê-lo, ou o valor do mesmo, caso esse seja menor que o desconto de 6% referido, a partir do mês subsequente à assinatura deste acordo.

**Parágrafo primeiro:** O CAU/RS pagará o valor excedente ao habitualmente pago a título de auxílio transporte para evitar prejuízo ao empregado em caso de jornadas de trabalho irregulares, de três turnos ou dois turnos com intervalo maior (manhã e noite, por exemplo), tendo em vista o aumento da necessidade de deslocamento em função do trabalho.

**Parágrafo segundo:** Serão observadas as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 19/2016 do CAU/RS.

### **CLÁUSULA 30 – TRANSPORTE DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS**

O CAU/RS assegurará ao empregado, quando da prestação de serviços em jornada extraordinária a partir das 20h e sempre que não houver pagamento de diárias, o fornecimento de transporte para retorno do empregado em segurança através de veículo oficial, ou, na ausência deste, de transporte contratado pelo Conselho.

**Parágrafo primeiro:** Excepcionalmente, quando for preciso estender a jornada por mais duas horas e a prestação de serviço ocorrer em local de difícil acesso ou oferecer risco à segurança do empregado, o CAU/RS custeará transporte contratado, mediante requisição do empregado e autorização do superior imediato.

### **CLÁUSULA 31 – CESTA NATALINA**

O CAU/RS concederá a cada ano, a título de cesta natalina, além do valor mensal do Auxílio Refeição, o valor correspondente a um mês de auxílio refeição, pago a todos os seus empregados públicos, através do cartão de benefício, até o dia 15 de dezembro do ano correspondente.

### **CLÁUSULA 32 – AUXÍLIO EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nos termos do Decreto nº 977/1993, que instituiu a assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos empregados públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o CAU/RS concederá auxílio educação infantil para pagamento de creche para cada dependente até o aniversário de 06 (seis) anos de idade.

**Parágrafo primeiro:** O CAU/RS pagará, no máximo, a quantia de R\$ R\$ 443,56 (quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos) mensais por dependente, independentemente do número de escolas, desde que comprovado, a partir do mês subsequente à assinatura deste Acordo.

**Parágrafo segundo:** O benefício será pago juntamente com o salário, nos termos da Cláusula 03.

**Parágrafo terceiro:** Aplicam-se os critérios de reajuste e data base estabelecidos na Cláusula 04 – Reajuste Salarial.

**Parágrafo quarto:** O empregado do CAU/RS deverá apresentar comprovante de realização da despesa, informando o nome do dependente beneficiado, até o dia 10 (dez) de cada mês, não podendo haver pagamentos retroativos em caso de não apresentação de comprovante no prazo aqui estipulado.

**Parágrafo quinto:** Caso a comprovação da despesa não seja apresentada até o dia 10 não entra na folha de pagamento do mês. Se apresentado entre o dia 11 e o dia 30 do mês paga-se no mês seguinte.

**Parágrafo sexto:** A não apresentação do comprovante não enseja a suspensão do benefício por parte do CAU/RS nos meses subsequentes, mas somente o desconto o do mês cuja despesa não foi comprovada.

---

**Parágrafo sétimo:** O auxílio educação infantil será cancelado automaticamente no mês seguinte em que o dependente completar 06 (seis) anos, devendo ser incluído o mês de aniversário para efeitos de pagamento.

**Parágrafo oitavo:** Na impossibilidade de inserção dos dependentes em creches e pré-escolas, o empregado poderá receber auxílio-babá, situação em que deverá previamente protocolar na Unidade de Pessoal cópia do contrato de trabalho firmado com a babá, da Carteira de Trabalho e Previdência Social onde o referido contrato encontra-se registrado e o número da inscrição da babá junto ao INSS. As condições descritas nesta cláusula aplicam-se, no que for pertinente, ao auxílio-babá.

### **CLÁUSULA 33 – AUXÍLIO ASSISTÊNCIA MÉDICA**

O CAU/RS disponibilizará aos seus empregados a assistência médica como forma de promoção da saúde.

**Parágrafo primeiro:** É facultativa a adesão do empregado ao plano de assistência médica oferecido pelo CAU/RS.

**Parágrafo segundo:** A autarquia cobrirá 90% (noventa por cento) dos custos do plano dos empregados titulares.

**Parágrafo terceiro:** Cada empregado público deverá responsabilizar-se pelo pagamento dos 10% (dez por cento) restante do plano e 40% (quarenta por cento) das consultas, que serão deduzidos de seu salário.

**Parágrafo quarto:** Ao concordar em associar-se à assistência médica, o empregado público deverá autorizar o CAU/RS, formalmente, a realizar as deduções necessárias de seu salário.

**Parágrafo quinto:** O CAU/RS se compromete a manter o auxílio assistência médica a cônjuges e dependentes e a verificar a possibilidade de incluir os



ascendentes. Os valores respectivos aos mesmos serão descontados em folha e serão integralmente custeados pelos empregados que tiverem interesse em aderir.

### **CLÁUSULA 34 – ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

O CAU/RS concederá aos seus empregados a assistência odontológica como forma de promoção da saúde.

**Parágrafo primeiro:** A autarquia cobrirá 90% (noventa por cento) dos custos do plano dos empregados titulares.

**Parágrafo segundo:** Cada empregado cobrirá o pagamento dos 10% (dez por cento) restantes, que serão deduzidos de seu salário.

**Parágrafo terceiro:** Ao concordar em associar-se à assistência odontológica, o empregado público deverá autorizar o CAU/RS, formalmente, a realizar as deduções necessárias de seu salário.

**Parágrafo quarto:** O CAU/RS se compromete a manter a assistência odontológica a cônjuges e dependentes e a verificar a possibilidade de incluir os ascendentes. Os valores respectivos aos mesmos serão descontados em folha e serão integralmente custeados pelos empregados que tiverem interesse em aderir.

### **CLÁUSULA 35 – VACINA DA GRIPE**

O CAU/RS concederá gratuita e anualmente, a vacina contra a gripe aos empregados, observando a disponibilidade de aplicação.

**Parágrafo primeiro:** A Administração determinará a forma e local de aplicação das imunizações, de acordo com a disposição orçamentária e mediante análise de conveniência.

**Parágrafo segundo:** Caso haja impedimento orçamentário ou possibilidade de não aplicação da vacina por motivo diverso, o CAU/RS justificará aos empregados, formalmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### **CLÁUSULA 36 – CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS**

As partes convencionam que, na hipótese de calamidade pública, poderá ocorrer redução de benefícios por contingenciamento de despesas. Neste caso, o CAU/RS compromete-se a informar o Sindicato a respeito das alterações que serão feitas e a justificar a necessidade de contingenciamento aos empregados, formalmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### **CLÁUSULA 37 – RECESSO NATALINO**

O CAU/RS, conforme praticado nos anos anteriores internamente e em outros CAU/UF, concederá a todos os seus empregados públicos recesso remunerado sem compensação horária a título de recesso natalino.

**Parágrafo primeiro:** No ano de 2020, o recesso natalino se dará em regime de escala em dois períodos.

**Parágrafo segundo:** O primeiro grupo terá folga no período de 21, 22 e 23 de dezembro de 2020.

**Parágrafo terceiro:** O segundo grupo folgará nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2020.

**Parágrafo quarto:** Não haverá expediente nos dias 24 e 31 de dezembro de 2020.

**Parágrafo quinto:** No ano de 2021, o recesso se dará em regime de escala em dois períodos.

**Parágrafo sexto:** O primeiro grupo terá folga nos dias 20, 21, 22 e 23 de dezembro de 2021;

**Parágrafo sétimo:** O segundo grupo folgará nos dias 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2021.

**Parágrafo oitavo:** Não haverá expediente nos dias 24 e 31 de dezembro de 2021.

**Parágrafo nono:** Em 2021 e em 2022, retorno ao trabalho se dará no dia 03 de janeiro. Em caso de sábado ou domingo, o retorno se dará no próximo dia útil.

## **CLÁUSULA 38 – MELHORIA DAS INSTALAÇÕES**

No caso de ampliação de sua sede, o CAU/RS garante aos seus empregados a disponibilização de um refeitório/copa e uma sala de descanso com estrutura completa e adequada para a utilização simultânea de, no mínimo, 10 (dez) empregados.

## **CLÁUSULA 39 – VESTIÁRIO**

No caso de ampliação de sua sede, o CAU/RS também providenciará vestiário com armários de uso pessoal com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de unidades em relação ao número de empregados, disponibilizando, se possível e viável, uma instalação masculina e uma feminina para banho.

## **CLÁUSULA 40 – ACESSIBILIDADE NAS DEPENDÊNCIAS DO CAU/RS**

O CAU/RS providenciará, em regime emergencial, instalações físicas adequadas às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, em conformidade com a Lei 10.098/2000 e a NR 9050.

**Parágrafo único:** O CAU/RS se compromete a aprimorar, a longo prazo, suas instalações e materiais informativos para o atendimento aos portadores de deficiência (PCD), especialmente física, visual e auditiva.

#### **CLÁUSULA 41 – BONIFICAÇÃO DE DESEMPENHO**

O CAU/RS fornecerá, aos seus empregados públicos, mensalmente, através do cartão de benefício, o valor equivalente a 1/3 (um terço) do correspondente ao Auxílio Refeição.

**Parágrafo primeiro:** a cada avaliação trimestral, o empregado que receber conceito igual ou superior a 80% na média simples da avaliação de desempenho, adquirirá o direito de receber o benefício nos três meses subsequentes.

**Parágrafo segundo:** No caso de interposição de recurso à avaliação de desempenho, até a decisão de mérito pela Comissão Recursal, o empregado manterá seu direito à percepção do presente benefício, aplicando-se ao recurso efeito suspensivo.

#### **CLÁUSULA 42 – ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

Fica garantido o acesso dos representantes do Sindicato laboral aos locais de trabalho, desde que feita comunicação prévia em 48 horas antes do ato à gestão do Conselho.

**Parágrafo único:** Na forma do Precedente Normativo nº 91 do TST, o acesso dos dirigentes sindicais dar-se-á nos intervalos destinados a alimentação e descanso.

#### **CLÁUSULA 43 – LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS DIRIGENTES SINDICAIS**

O CAU/RS assegura aos empregados públicos dirigentes sindicais a livre frequência para participar de assembleias e reuniões sindicais, quando devidamente convocadas e comprovadas previamente.

#### **CLÁUSULA 44 – REGIME DISCIPLINAR**

O CAU/RS compromete-se a realizar a revisão, com a participação dos empregados, do Regulamento de Pessoal, aprovado pela Deliberação Plenária nº 198/2014.

#### **CLÁUSULA 45 – CUSTEIO PARA MANUTENÇÃO DA ATUAÇÃO SINDICAL**

Fica estabelecido que os Conselhos/Ordens descontarão a título de forma de custeio, dos empregados/servidores, não filiados ao SINSERCON/RS, o valor de 1% (um por cento) do primeiro salário base recebido após o reajuste salarial previsto neste instrumento, em parcela única.

**Parágrafo Primeiro:** É vetado poder de controle do empregador sobre o desconto.

**Parágrafo Segundo:** Os empregados poderão se opor ao desconto no momento da realização da Assembleia Geral presencial para aprovação, ou, por e-mail e, individualmente, quando realizada Assembleia Virtual autorizada pela Diretoria do SINSERCON/RS para aceitação ou não do acordo coletivo.

**Parágrafo Terceiro:** As quantias serão descontadas até o mês subsequente do efetivo reajuste salarial e serão repassadas ao SINSERCON/RS em até 5 (cinco) dias após o pagamento dos salários com depósito em conta corrente, devendo ser encaminhados ao Sindicato acima mencionado a relação nominal dos empregados e os respectivos valores individuais descontados juntamente com o comprovante de depósito.

#### **CLÁUSULA 46 – OBRIGATORIEDADE DE HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS NO SINDICATO**

Fica estabelecida a obrigatoriedade de homologação das rescisões dos contratos de trabalho perante o SINSERCON/RS, dos empregados que se filiarem ao Sindicato a partir da assinatura do presente acordo, e que possuírem mais de 180 dias de trabalho efetivo no CAU/RS.

**Parágrafo único:** A quitação do trabalhador no ato da homologação será restrita apenas aos valores constantes nas rubricas a que se referem no respectivo termo de rescisão, ressalvados todos os demais direitos oriundos do extinto contrato de trabalho.

#### **CLÁUSULA 47 – CRITÉRIO DE REAJUSTE DE BENEFÍCIOS**

O CAU/RS reajustará anualmente o salário base e os benefícios concedidos a todos os empregados públicos de acordo com a variação integral do INPC, calculado pelo IBGE ou pelo índice de reajuste do salário mínimo nacional – aplicando sempre o percentual que for maior.

**Parágrafo único:** Fica vedada a sobreposição ou cumulação de índices.

## **CLÁUSULA 48 – REVISÃO DE NORMATIVAS DO CAU/RS**

O CAU/RS se compromete a revisar e ajustar todas as Portarias e Instruções Normativas que tratem de assuntos abordados no presente Acordo Coletivo sempre que necessário, para que estas reflitam o estabelecido neste instrumento. A Administração contará com a participação do Grupo Representativo dos funcionários para realizar as revisões e ajustes necessários.

## **CLÁUSULA 49 – AUXÍLIO FUNERAL**

O CAU/RS pagará, a título de auxílio-funeral, por empregado(a) falecido(a), o limite de até duas vezes o valor do salário bruto do Assistente de Fiscalização e Atendimento.

**Parágrafo primeiro:** O valor será pago, em uma única vez, ao cônjuge, descendente, ascendente ou irmão/irmã do(a) falecido(a), observada essa ordem, mediante apresentação do atestado de óbito e demais documentos comprobatórios da despesa funeral solicitados pelo CAU/RS.

**Parágrafo segundo:** O benefício deve ser requerido com os seguintes requisitos: a) em até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data do óbito, b) e-mail dirigido ao [rh@caurs.gov.br](mailto:rh@caurs.gov.br); ou requerimento físico à Unidade de Pessoal; c) O requerimento deverá ser feito por esposo(a), companheiro(a), pai, mãe, filho(as) do falecido; d) juntar certidão de óbito e documento que comprove a afinidade ou parentesco, ou ainda, documento onde o próprio empregado falecido tenha indicado o requerente; e) indicar a conta para depósito do valor do auxílio.

**Parágrafo terceiro:** A Unidade de Pessoal deverá encaminhar o requerimento para autorização do Presidente, que encaminhará à Gerência Financeira para providenciar o pagamento do referido auxílio.

## **CLÁUSULA 50 – SEGURO DE VIDA EM GRUPO DOS EMPREGADOS**

O CAU/RS contratará seguro de vida em grupo, com cobertura por morte ou invalidez permanente.

**Parágrafo único:** Cada empregado cobrirá o pagamento do seguro de vida, que será deduzido de seu salário.

## **CLÁUSULA 51 – COMISSÃO DE REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS CAU/RS**

Deverão os empregados constituir comissão de representantes dos empregados, constituída por no máximo 07 (sete) membros, com a devida proporcionalidade e representatividade de todos os cargos/empregos públicos do CAU/RS, representação que pode se dar de forma direta ou indireta, cuja incumbência é realizar a interlocução entre o CAU/RS e seus empregados.

**Parágrafo primeiro:** A comissão será escolhida através de votação entre os empregados.

**Parágrafo segundo:** A comissão terá mandato de um ano a partir da votação.

**Parágrafo terceiro:** A comissão eleita no ano da renovação do Acordo Coletivo de Trabalho será a responsável pelas tratativas relativas a esta renovação.

**Parágrafo quarto:** As tarefas desempenhadas pela Comissão de Representantes dos Empregados deverão ocorrer preferencialmente fora da jornada de trabalho, a fim de não prejudicar as tarefas realizadas ao CAU/RS.

**Parágrafo quinto:** Dependerá de prévia autorização do presidente do CAU/RS a realização das atividades da Comissão de Representantes dos Empregados durante a jornada laboral, situação em que deverá ser apresentado requerimento, com a devida fundamentação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da reunião.

**Parágrafo sexto:** Atividades realizadas referentes à matéria durante a jornada laboral, com a devida autorização do presidente do CAU/RS, não poderão exceder 01 (uma) hora.

**Parágrafo sétimo:** Semestralmente, a Comissão reunir-se-á com a Administração no intuito de avaliar e dar efetividade às cláusulas firmadas.

## **CLÁUSULA 52 – CONTINGÊNCIA**

Em caso de necessidade de cortes por motivo de calamidade pública, os empregados devem ser avisados com 30 (trinta) dias de antecedência com a comprovada queda de arrecadação por parte do CAU/RS.

## **CLÁUSULA 53 – INEXISTÊNCIA DE CONTROLE DE JORNADA A DETERMINADOS CARGOS**

**Parágrafo primeiro:** Os empregados públicos que exercem cargo de coordenação não estão sujeitos ao controle de jornada, não ficando submetidos ao regime de banco de horas e horas extras.

**Parágrafo segundo:** Inexiste também controle de jornada dos empregados que ocupem cargos de nível hierárquico superior ao cargo de coordenador, não ficando estes submetidos ao regime de banco de horas e horas extras.

**Parágrafo terceiro:** Em respeito às normas do Tribunal de Contas da União, poderá o CAU/RS determinar, em ato normativo, os demais cargos que não se submeterão ao controle de jornada.

#### **CLÁUSULA 54 - MANUTENÇÃO DE DIREITOS**

Fica estabelecido entre as partes acordantes manutenção de todas as cláusulas normativas que possuem natureza social até a formalização de novo ACT, ressalvadas àquelas de cunho econômico, as quais serão objeto de negociação quando do ajuste de novo instrumento coletivo de trabalho a ser firmado.

#### **CLÁUSULA 55 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO E COMPETÊNCIA**

O Sinsercon/RS é competente para propor, em nome da categoria, ação de cumprimento, em qualquer jurisdição, em relação às cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, conforme disposto no capítulo II, art. 8º da Constituição Federal.

#### **CLÁUSULA 56 – CASOS OMISSOS**

Os assuntos não previstos em Lei ou neste Acordo Coletivo de Trabalho deverão ser discutidos e acordados entre o CAU/RS, seus empregados e o Sindicato Profissional.

Porto Alegre, 22 de setembro de 2020.

HELENICE MACEDO DO COUTO:38227711049 Assinado de forma digital por  
HELENICE MACEDO DO  
COUTO:38227711049  
Dados: 2020.09.23 18:04:07 -03'00'

Helenice Macedo do Couto  
Vice-Presidente do CAU/RS, no exercício da Presidência

Giane Leandro da Silveira  
Presidente do SINSERCON/RS